

## Os voos da morte e os cadáveres encontrados no litoral brasileiro em 1978

Diego Antônio Pinheiro Soca<sup>1</sup>

### Resumo

Em abril de 1978 foram encontrados em praias do litoral sul do Brasil dois cadáveres cuja identificação jamais foi realizada. No mesmo período, no litoral do Uruguai, foram encontradas pelas autoridades dezenas de corpos de prisioneiros argentinos, que seriam enterrados em tumbas *NN*, sem que houvesse a devida identificação. Tais corpos apresentavam claros sinais de tortura, e foram prováveis vítimas dos voos da morte. No entanto, através de denúncias realizadas ainda durante a ditadura argentina, como a de Rodolfo Walsh e a do ex-marinheiro uruguaio Daniel Rey Piuma, e posteriormente, como as que constam no informe da CONADEP, foi possível esclarecer o esquema de ocultação destes cadáveres realizado pelas autoridades uruguaias, comprovando a conivência e colaboração entre estas duas ditaduras de Segurança Nacional. O presente trabalho pretende analisar as condições em que os dois mortos foram encontrados na costa brasileira, assim como o procedimento das autoridades, principalmente através da reportagem escrita pelo jornalista Tito Tajés em 1985, que arrola documentos relacionados a este acontecimento. Os corpos encontrados apresentavam fortes indícios de tortura, o que torna possível considerar a hipótese de que também fossem de vítimas dos voos da morte da Argentina, que as correntes marinhas trouxeram ao litoral do Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Os voos da morte e os cadáveres encontrados no litoral brasileiro em 1978

O relato do aparecimento de dois cadáveres nas praias do litoral do extremo sul do Brasil, no mês de abril de 1978, pode servir de base para o seguinte questionamento: seriam cadáveres de vítimas dos voos da morte argentinos? Este trabalho pretende levantar alguns indícios necessários para tentar esclarecer a origem destes corpos, que até hoje nunca foram identificados, cuja história mantém-se desconhecida por grande parte de estudiosos e interessados no tema, tanto no Brasil quanto na Argentina. Os cadáveres apareceriam na faixa litorânea que vai de São José do Norte até Santa Vitória do Palmar, uma região de praias extensas e relativamente despovoadas, próxima à fronteira com o Uruguai, e pelo menos o corpo encontrado no balneário do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, surgiria na praia coincidindo com um fenômeno conhecido como “maré vermelha” ocorrido após uma ressaca, em abril de 1978, quando a região litorânea foi tomada por um forte odor e por uma quantidade muito grande de animais mortos, provocadas, segundo o governo à época, pela proliferação de algas marinhas no mar. No entanto, exames feitos pela polícia mostrariam que a morte do cadáver do Hermenegildo não teria sido causada por fatores toxicológicos. Qual seria então a origem deste corpo?

Em algumas ocasiões, como no caso do desaparecimento dos corpos das vítimas dos voos da morte, não seria necessária nenhuma forma de coordenação internacional mais institucional, como a Operação Condor, para que estes cadáveres continuassem sendo ocultados pelas autoridades militares de países estrangeiros. Estes crimes continuados, este “segundo desaparecimento” dos corpos que chegariam às praias do Uruguai a partir de 1976, que seriam denunciados posteriormente por ex-agentes da repressão uruguaia, representava a clara conivência dos militares orientais com as práticas genocidas de seus congêneres argentinos, dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional de que o “inimigo” subversivo era o mesmo para todos os países, independente das fronteiras dos Estados-nacionais (Bauer, 2009). É possível, então, aventar a hipótese de que as autoridades brasileiras tinham conhecimento destas práticas e sabiam que os cadáveres das vítimas dos voos da morte poderiam também chegar ao litoral do Rio Grande do Sul? Para isto, é necessário entender brevemente o contexto que marca a aparição dos cadáveres nos litorais da Argentina e do Uruguai.

### Os corpos nas praias argentinas e uruguaias

Corpos desconhecidos chegando às praias da província de Buenos Aires tornar-se-ia uma triste rotina durante a última ditadura civil-militar da Argentina. As denúncias de que os militares argentinos utilizavam práticas de lançamento de prisioneiros ao mar foram feitas ainda durante a ditadura. Já em 1976 o jornalista Rodolfo Walsh, fundador da ANCLA (*Agencia Clandestina de Noticias*), afirmava através de um informe que vários detidos do centro clandestino de detenção localizado na ESMA (*Escuela de Mecánica de la Armada*) teriam sido lançados ao Rio da Prata (Verbitsky, 2006: 77). Outro informe posterior, intitulado *Historia de la guerra sucia en Argentina*, denuncia o aparecimento de três cadáveres amarrados e mutilados em praias uruguaias, relacionando-os com as práticas de terror instauradas pela Junta Militar. Em 1984 a *Comision Nacional Sobre la Desaparicion de Personas* (CONADEP) também já registrava denúncias da prática de voos da morte, através dos relatos de pessoas que haviam sido detidas na ESMA, inclusive informando sobre a denúncia de 37 corpos enterrados como anônimos, ou NN (*Ningún Nombre*), no cemitério de General Lavalle,

que haviam chegado às praias da região a partir de meados de 1976, muito desfigurados, com inequívocos sinais de violência, e que provavelmente haviam caído de alguma embarcação ou atirados de aviões (CONADEP, 1995: 236).

A prática dos voos da morte seria confirmada por Adolfo Scilingo, ex-capitão de corveta da marinha argentina, que numa entrevista ao jornalista Horacio Verbitsky em 1995, detalhou como funcionava o método de extermínio aplicado aos presos na ESMA. Scilingo relataria em detalhes a sistemática dos voos da morte, e por sua confissão, seria condenado a 640 anos de prisão por crimes de lesa-humanidade por um tribunal espanhol em 2005. No entanto, Scilingo não seria o único militar a relatar casos de “voos da morte” realizados. Existem vários relatos que falam de voos realizados em outros centros clandestinos de detenção, como o *Campo de Mayo*, de Buenos Aires, e *La Intermedia*, de Rosario (Martínez, 2009).

O silêncio sobre os corpos aparecidos nas costas da província de Buenos Aires só seria quebrado a partir de 2001, quando alunos do curso de Comunicação da Universidade Nacional de La Plata realizaram junto com o professor Pablo Torello o primeiro documentário investigativo sobre a aparição dos cadáveres ao longo da região de La Plata. Com o nome de *Playas del Silencio* (reeditado em 2005 como *Historias de Aparecidos*<sup>2</sup>), o documentário entrevistou policiais e bombeiros envolvidos na retirada dos cadáveres das praias, e também sobreviventes da repressão, como Adolfo Pérez Esquivel, e ativistas de direitos humanos como Estela de Carlotto, que teceram o paralelo fundamental entre os voos da morte e a aparição dos cadáveres no mar. As questões levantadas pelos alunos da Universidade de La Plata e que resultaram na confecção do documentário citado despertaram uma série de ações por parte da sociedade civil com o intuito de desvendar a história por trás das tumbas NN dos cemitérios do litoral bonaerense. Outros documentários foram realizados com o mesmo tema, inclusive por alunos de escolas locais, que foram fundamentais para o rompimento de um silêncio de mais de duas décadas por parte das testemunhas. A divulgação da existência dos cadáveres NN nos cemitérios bonaerenses despertou também o interesse da justiça, no marco das investigações sobre os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura e levadas a cabo pelo poder judiciário argentino a partir de 2003.

No Uruguai, entre abril de 1976 e 1979, chegariam à costa pelo menos 24 corpos, todos com fortes indícios de serem de desaparecidos argentinos. A principal denúncia documentada sobre esses corpos seria feita em 1980 por Daniel Rey Piuma, marinheiro uruguaio desertor e ex-agente de inteligência da *Prefectura Nacional Naval* (PNN), que se refugiou na Europa e trouxe a público documentos sobre a aparição dos cadáveres nas margens orientais do Rio da Prata. Com as denúncias de Daniel Rey Piuma, que incluíam documentos sobre os corpos encontrados (principalmente fotos e autópsias)<sup>3</sup>, e depoimentos de agentes repressores envolvidos, viriam a público os meandros das operações de encobrimento da origem desses cadáveres por parte das autoridades navais uruguaias.

Em seus livros *Un Marino Acusa* e *Los Crímenes del Río de la Plata*, o ex-marinheiro relata detalhadamente a aparição dos corpos, inclusive com reprodução dos

---

<sup>2</sup> A edição de 2005 do documentário gravado por Torello está totalmente disponível no site [www.youtube.com](http://www.youtube.com), dividido em 10 partes.

<sup>3</sup> Em 2011 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) desclassificou uma série de documentos com 130 imagens e diversos informes da *Prefectura Nacional Naval* do Uruguai sobre o aparecimento dos cadáveres a partir de abril de 1976. Provavelmente eram cópias dos documentos divulgados por Daniel Rey Piuma (Dandan, 2012).

documentos originais. Por fim, faz um apanhado de detalhes comuns entre as circunstâncias as quais os corpos foram encontrados, entre eles: que ao achado do corpo precediam fortes tormentas e fortes ventos; que quase todos os cadáveres foram achados nas praias após a diminuição do nível do Rio da Prata; que os que foram encontrados flutuando eram em menor número; e que os descobrimentos dos corpos cobrem os meses de maio, junho e julho, final do outono e começo do inverno. E também ressalta as características comuns do estado em que se encontravam os corpos: que pertenciam a ambos os sexos e suas idades oscilavam entre os 19 e os 40 anos; que quase todos os cadáveres apresentavam sinais de que tiveram membros atados entre si ou com pesos, para evitar que flutuassem; que todos mostravam sinais de tortura e alguns de violações; que alguns puderam ter morrido antes de serem lançados à água, por extremos sinais de violência que apresentavam; que nenhum corpo apresentava elementos que pudessem determinar sua identificação, inclusive alguns tinha seus rostos queimados com maçarico; poucos tinham roupas; e que a maioria tinha uma permanência na água maior que dez dias (Pioma, 1988: 119). É possível ressaltar mais algumas características dos achados arrolados por Pioma:

a) A primeira é a idade presumida das vítimas, bastante semelhante aos NN que foram encontrados nos cemitérios bonaerenses<sup>4</sup>. Comparando com os dados da CONADEP, mais de 32% dos desaparecidos que constavam no arrolamento feito pela comissão em 1984 possuíam de 21 a 25 anos, e mais de 25% possuíam de 26 a 30 anos (CONADEP, 1995: 294).

b) Os sinais de tortura seriam identificados em praticamente todos os corpos encontrados tanto na Argentina, como no Uruguai e no Brasil – o corpo que apareceu no Hermenegildo em 1978 apresentava fraturas no braço esquerdo, segundo a necropsia, como será exposto mais adiante. As fotos e as autópsias retratam violações sexuais em diversos casos, inclusive nas vítimas do sexo masculino.

c) Referente às marcas de violência, chama atenção também que muitos apresentam sinais de terem tido braços e pernas amarrados, e Pioma relata que análises feitas pela Polícia Técnica nos restos de arame e corda encontrados junto com os corpos comprovam que não eram de fabricação uruguaia (Pioma, 1984: 62).

d) As evidências que poderiam ajudar na identificação dos corpos eram sumariamente descartadas pelas autoridades, e inclusive nos casos em que ainda era possível obter a impressão digital da vítima, havia negligência. Um número bastante significativo apresentava os dedos das mãos decepados, assim como um grande número também apresentava ausência dos órgãos sexuais – como o caso do cadáver do Hermenegildo – e inclusive um cadáver do sexo masculino encontrado em Rocha, no dia 9 de abril de 1979, apresentava sinais de que a parte superior da cabeça poderia ter sido queimada com maçarico, segundo a interpretação do ex-marinheiro (Pioma, 1988: 179).

e) Por fim, inúmeros cadáveres apresentavam claros indícios de sua procedência argentina. É o caso das roupas encontradas junto a alguns corpos, cuja etiqueta indicava que tinham sido fabricadas no país vizinho. No bolso de um dos achados de Colonia foi encontrado um documento de identidade emitido pela Polícia Federal Argentina, no nome de Maria Cristina Cámpora, natural de San Juan. E em pelo

---

<sup>4</sup> Citando um levantamento feito ainda nos anos 1980 pela Subsecretaria de Direitos Humanos, Daniel Badenes, do periódico *La Pulseada*, afirma que durante o período de 1976 a 1977, pessoas com idade entre 20 e 24 anos converteram-se em mais da metade dos inumados sem nome na Argentina (Badenes, 2006: 2).

menos outros dois casos foram encontrados nos bolsos das vítimas moedas de peso argentino.

Uma última consideração sobre as denúncias feitas pelo ex-marinheiro uruguaio, e que pode ajudar a elucidar a chegada dos corpos até o litoral sul do Brasil, é um estudo sobre as marés do Rio da Prata, feito pelos técnicos da PNN em 1978, ao qual Piuma também teve acesso. Segundo esse estudo, nos meses de inverno, há uma substancial subida do nível das águas dos rios Paraná e Uruguai, o que provoca grandes transformações em seus leitos. A correnteza arrasta vegetais, restos calcários e pedras semi-enterradas do leito destes rios em direção norte-sul, desembocando diretamente em Colonia e Buenos Aires. A partir daí, as correntes dividem-se em duas direções: uma que vai para o sul, costeando o litoral bonaerense e atingindo as praias da região de La Plata, até terminar no Oceano Atlântico; a outra segue para o sudeste, e por efeito de correntes oceânicas que vêm em direção inversa, vai costeando o litoral uruguaio, até o departamento de Rocha, quando termina também no oceano. Esse movimento das marés é o responsável pela chegada de sedimentos encontrados nos rios Uruguai e Paraná nas praias uruguaias, geralmente após fortes ressacas (Piuma, 1988: 124). Alguns desses despojos dos rios também são encontrados nas praias do litoral do extremo sul do Brasil.

### **Os cadáveres do Hermenegildo e São José do Norte**

Tito Tajés era um experiente jornalista, nascido em Santa Maria em 1933, que trabalhou em importantes jornais como a Última Hora e o Correio do Povo, onde viajou o mundo em diferentes missões. Em 1985 escreveu uma reportagem para o jornal carioca O Globo que conta a história do encontro de um cadáver próximo ao farol do Albardão, balneário do Hermenegildo, no município de Santa Vitória do Palmar, no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul. À época da reportagem citada, Tajés era chefe da sucursal de O Globo em Porto Alegre. Faleceu em 1995, vítima de um infarto, deixando um importante legado ao jornalismo gaúcho. Uma praça no bairro Tristeza, em Porto Alegre, leva seu nome em homenagem ao seu trabalho. Sua reportagem não seria publicada pelo jornal.

Uma cópia da citada reportagem de nove páginas escritas à máquina foi guardada no acervo do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em Porto Alegre. Junto a ela no MJDH estão também cópias dos documentos da Polícia Civil aos quais Tajés teve acesso para compor a reportagem, como as autópsias e a certidão do encontro do cadáver do Hermenegildo, e as fotos tiradas pelo repórter fotográfico Jurandir Silveira, da Companhia Jornalística Caldas Júnior, que cobria o fenômeno da maré vermelha no dia da aparição do corpo no Hermenegildo, fotos estas que também não seriam publicadas pelos jornais.

Em abril de 1978, motivados pela “maré vermelha” – fenômeno natural que consiste na aglomeração de algas na superfície das águas, liberando toxinas que causam a mortandade em massa de peixes, mariscos, pinguins e lobos-marinhos – muitos repórteres acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos no Hermenegildo. A cobertura jornalística daria amplo destaque à tragédia ecológica da “maré vermelha”, mas apesar disso, não haveria maiores repercussões na imprensa sobre o aparecimento do cadáver desconhecido, por causa da forte censura ainda existente à época (Tajés, 1985: 2). As fotos de Silveira e a reportagem de Tajés ficariam arquivadas no MJDH, e a história dos cadáveres devolvidos pelo mar nas praias do litoral gaúcho seria pouco conhecida. Uma das primeiras publicações sobre o caso seria feita pelo jornalista Nilson

Mariano em 1995 em seu livro sobre a Operação Condor, inclusive com a divulgação de uma das fotos feitas por Silveira. Mariano também daria destaque às aparições de 1978 em sua dissertação de mestrado, defendida em 2006 (Mariano, 2006).

Os despojos humanos devolvidos pelo mar no Hermenegildo foram encontrados na manhã do dia 11 de abril de 1978 por Almerindo de Paula e seu filho Jorge Severino de Paula, que cavalgavam pela região. Logo após o susto da descoberta, comunicaram o achado à delegacia de polícia de Santa Vitória do Palmar, que horas depois enviaria agentes para realizar as investigações. Entre esses agentes estava Mário de Aguiar, fotógrafo contratado pela delegacia para realizar eventuais levantamentos técnicos. Sete anos depois, Aguiar relataria a Tajés suas impressões sobre o achado:

“Ao relatar o episódio, a pedido de O GLOBO, lembra detalhes que não percebeu naquela ocasião, e diz ter a impressão de que alguns sulcos nos braços do morto poderiam ser a indicação de que ele tinha sido amarrado com cordas. A impressão que lhe ficou é de que se tratava de um homem com a pele clara e com barba grande. Restava-lhe, do crânio, somente o maxilar inferior, mas no pescoço havia vestígios de pelos compridos. De nada disso, na hora, o fotógrafo se apercebeu, porque também ele estava fixado na ‘maré vermelha’ e de início associou aquela morte ao fenômeno. Hoje, contudo, Mário de Aguiar pensa diferente.” (Tajés, 1985: 3).

O indício de que a vítima pudesse ter sido amarrada com cordas, ressaltado pelo citado técnico contratado da delegacia de polícia, é bastante esclarecedor para apurar a origem do cadáver. As denúncias de Piuma mostram que quase todos os achados do Uruguai também traziam tais indícios, inclusive alguns ainda apresentavam os membros atados quando chegaram às praias. Outro indício levantado por Aguiar, a ausência do maxilar superior no corpo da vítima, também seria notado por Jurandir Silveira em relato ao jornalista Nilson Mariano:

“Cuando se encontró el cadáver, el periodista gráfico Jurandir Silveira, de la Compañía Periodística Caldas Júnior, notó que la cabeza tenía sólo la arcada dentaria de abajo. “En esa época, esto significaba que era un preso político”, recordó Jurandir.” (Mariano, 1998: 78)

A ausência de uma parte do crânio também seria relatada na ocorrência feita pelo escrivão Ereovaldo Chaves de Carvalho, que acompanhava o fotógrafo Mário de Aguiar. Na certidão número 409/78, registrada no livro de ocorrências número 28/78, da delegacia de polícia de Santa Vitória do Palmar, Carvalho detalha o encontro do cadáver:

“[...] próximo ao Paradoiro a uns 15 ou 20 Km encontramos o Cadáver de um homem branco, o mesmo estava completamente nu e faltando parte do crâneo, o mesmo não tinha condições de ser identificado, naquele local não existe desaparecimento de ninguém e, até a presente data não temos registros ou informações de desaparecimento de pessoas alguma [SIC].” (Estado do Rio Grande do Sul, Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar, 1978)

A tentativa de impedir a identificação posterior dos corpos era prática recorrente dos responsáveis pelo lançamento dos presos políticos ao mar. O crânio desconfigurado das vítimas pode ser entendido como mais uma dessas medidas, como demonstra a ausência do crânio do cadáver do Hermenegildo, e o crânio queimado com maçarico do corpo encontrado em Rocha, no Uruguai, um ano depois.

Revelador também é o auto de necropsia feita um dia depois do encontro do cadáver, no dia 12 de abril. Além de também relatar a ausência da cabeça óssea, o legista Cláudio Acy Corrêa Rodrigues ressalta uma:

“Deformidade no braço esquerdo, terço médio, com crepitação e mobilidade ósseas à palpação (fratura)”. (Estado do Rio Grande do Sul, Posto Regional do Instituto Médico Legal de Santa Vitória do Palmar, 1978)

Isto provavelmente é um indicativo de que a vítima pode ter sofrido agressões antes de sua morte. O fato de o corpo apresentar o ânus entreaberto, com a mucosa danificada na última porção do intestino, como descreve o legista no citado auto de necropsia, também pode ser relacionado a agressões sexuais anteriores à morte da vítima.

Todos esses dados ressaltados não diferem das características dos achados do Rio da Prata, enunciados por Piuma. O mesmo legista colheu fragmentos do pulmão esquerdo, do fígado e do rim esquerdo do corpo encontrado no Hermenegildo para análise anátomo-patológica e toxicológica, pois associava a morte do desconhecido ao fenômeno da “maré vermelha”. Segundo o laudo do laboratório de toxicologia do Instituto Médico Legal (IML) datado de 26 de abril de 1978, as análises químicas e cromatográficas do material forneceram:

“[...] resultados NEGATIVOS para venenos propriamente ditos, voláteis, inorgânicos e orgânicos fixos.” (Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Médico Legal, 1978)

Definitivamente não era uma morte relacionada às toxinas liberadas pelas algas no mar. Após a confirmação de que não havia nenhuma pessoa desaparecida na região, o caso do cadáver desconhecido do Hermenegildo foi encerrado, e seus despojos colocados na catacumba 537 do cemitério de Santa Vitória do Palmar. Tajés relata em sua reportagem que em 1981 seus restos, ainda não totalmente decompostos, foram levados para o ossário pelo zelador Dalvo Teixeira, no que seria um procedimento normal do cemitério. Segundo o jornalista:

“Com o passar do tempo, outras ossadas foram sendo colocadas naquela vala comum por Dalvo Teixeira e agora já não é mais possível localizar o que restou do homem, descrito pelos jornais da época um indivíduo ‘branco, com cerca de 1,70 m, com aproximadamente 80 quilos. Segundo as informações da época, o morto tinha cabelos castanhos claros. A catacumba 537, onde o desconhecido passou mais de três anos, hoje [1985] abriga os despojos de Eva Cleonir Souza Moura”. (Tajés, 1985: 6).

Não teria destino diferente o cadáver encontrado próximo à praia do Estreito, em São José do Norte, a aproximadamente 230 quilômetros ao norte de Santa Vitória do Palmar. Moradores da região encontrariam esse segundo cadáver no dia 17 de abril, seis dias após o do Hermenegildo, com visíveis sinais de violência, o crânio destruído e a ponta dos dedos decepadas, confirmando mais uma vez a tentativa de impedir a identificação posterior do corpo. O delegado Sidney Farina Gallo, lotado na Delegacia Regional de Polícia de Rio Grande, fez um levantamento na região e revelou que não havia registro de nenhum desaparecido no local (Estado do Rio Grande do Sul, 7ª Região Policial, 1978). Tajés afirma que:

“Como no caso de Santa Vitória do Palmar, as investigações a nada levaram. O ‘desconhecido’ de São José do Norte foi enterrado e seus ossos se perderam”. (Tajés, 1985: 4)

Por fim, cabe ressaltar a importância da reportagem de Tito Tajés na compreensão geral desses aparecimentos em abril de 1978. A extensa reportagem escrita em 1985 não só remonta ao caso dos cadáveres encontrados nas praias do extremo sul do Rio Grande do Sul, mas vai além, fazendo a devida conexão com os fatos denunciados pelo ex-marinheiro uruguaio, e fazendo ao final uma importante denúncia sobre os crimes cometidos pelos militares argentinos. Na parte final do texto, Tajés reproduz uma entrevista com Jair Krischke, fundador do MJDH, que afirma a certeza de que os corpos encontrados nas praias brasileiras eram sim de presos políticos argentinos. Krischke vai além, ao indagar se seriam apenas aqueles dois corpos que deram à praia nessa época. Tajés revela na reportagem que:

“Há versões de que outros cadáveres chegaram tangidos pelas ondas nos mais de 200 quilômetros de costa entre Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, e foram recolhidos e queimados na época, mas isto nunca pode ser comprovado”. (Tajés, 1985: 9)

### **Podemos falar em conivência das autoridades brasileiras?**

Alguns elementos podem demonstrar que não só havia familiaridade dos militares brasileiros com os voos da morte, como também houve tentativas de sistematizá-la. Essa tentativa de sistematização no Brasil é o cerne da polêmica ocorrida em 1968 com a unidade de paraquedistas da Força Aérea Brasileira (FAB), a Para-Sar, quando o jornalista Pery Cotta, do *Correio da Manhã*, trouxe a público uma série de denúncias sobre a intenção de alguns militares de utilizar o Para-Sar para o lançamento de lideranças políticas e estudantis no mar, a quarenta quilômetros da costa (Bauer, 2011: 85). Uma reportagem publicada pelo *Coojornal* em março de 1978 retomaria o caso, e traria mais detalhes sobre a tentativa de por em funcionamento um plano sistemático de extermínio de opositores da ditadura militar brasileira, nos moldes do que seria empregado na Argentina.

O Para-Sar é uma unidade de elite da FAB surgida em 1963 para a realização de busca e salvamento em regiões adversas. Um de seus fundadores foi o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, o protagonista da polêmica ocorrida com esta unidade da FAB em 1968. O lema da unidade à época era “Desbravar, Socorrer, Resgatar”; no entanto, militares da linha-dura tentariam descaracterizar a missão original do Para-Sar. Um destes militares era o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que segundo a reportagem do *Coojornal*, havia participado de um curso do Programa de Rearmamento Moral do Exército dos Estados Unidos no Panamá. Burnier seria o responsável pelo emprego dos homens do Para-Sar na repressão às manifestações de rua ocorridas em 1968 no Rio de Janeiro.

No entanto, os homens do Para-Sar se oporiam a serem designados para ações de “segurança interna”. O capitão Sérgio Carvalho seria convocado a uma reunião com os brigadeiros Burnier e Hipólito da Costa (recém chegado da Zona do Canal do Panamá) em que Burnier deixaria bem claras suas intenções sobre as ações as quais gostaria de ver a Para-Sar envolvidas, como relata a reportagem do *Coojornal*:

“Burnier, empolgado, passou a citar exemplos de missões que ele considerava importantes para livrar o país do comunismo: sequestrar 40 políticos e militares, entre os quais Carlos Lacerda, o general Olímpio Mourão Filho e o brigadeiro Francisco Teixeira (ministro do governo João Goulart), embarcá-los num DC-3 e jogá-los ao mar, a cerca de 40 milhas da costa”. (Guimaraens et al., 2011: 94)

Com a negativa do capitão Carvalho e seus homens de participarem de ações dessa natureza, respaldados pelo brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas e responsável pelo Para-Sar, seria instaurada primeiramente uma sindicância, e depois um Inquérito Policial-Militar (IPM) para averiguar os fatos. No entanto, antes que o IPM chegasse ao fim, o brigadeiro Itamar Rocha seria exonerado do cargo, e dois anos depois reformado. Já o capitão Sérgio seria reformado pelo AI-5 ainda em 1969. Provavelmente por ter se tornado de conhecimento público, a Operação Para-Sar não teve prosseguimento. O caso seria denunciado pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, do MDB, mas jamais seria confirmado pelas autoridades militares (Bauer, 2011: 85).

Outro elemento que pode demonstrar a familiaridade das autoridades brasileiras com as práticas dos “voos da morte” são as denúncias de ex-presos políticos presentes no relatório *Brasil: Nunca Mais* sobre as constantes ameaças dos agentes repressivos brasileiros de lançarem suas vítimas ao mar. Caroline Bauer aponta três casos em que houve essas ameaças:

a) Francisco Ferreira de Araújo, preso em 1973 e levado ao Departamento de Polícia Federal do Ceará, afirma que foi ameaçado de “dar ‘umas voltinhas’ pelo mar”;

b) Claudiomar Rodrigues de Sousa, detido em 1973 no 50º Batalhão de Infantaria de Selva, no município de Imperatriz, no Maranhão, afirma que após receber visita de seus familiares, “(...) recebeu por parte de dois elementos pancadas no rosto e abdômen, aplicação de choques elétricos e ameaças de que seria atirado de bordo de um avião em voo”;

c) Wladimir Ventura Torres Pomar, preso em 1976 no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, ao ser transferido por avião para o DOI-CODI do I Exército no Rio de Janeiro, escutou os militares dizendo que iriam “realizar um belo lançamento”. (Brasil Nunca Mais em Bauer, 2011: 83)

Além dos casos relatados no *Brasil: Nunca Mais*, existe outro episódio em que se especula que as autoridades militares brasileiras teriam utilizado o método de “sepultamento aquático”: é o caso de Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, desaparecido em 1971, aos 25 anos de idade. Stuart era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), movimento de luta armada que combatia a ditadura militar, e foi sequestrado por agentes da Aeronáutica e torturado na Base Aérea do Galeão. Existem denúncias de que seu cadáver teria sido lançado ao mar.

Um caso merecedor de destaque é a morte de Francisco Tenório Cerqueira Júnior, o Tenorinho, pianista que acompanhava o violinista Toquinho e o poeta Vinícius de Moraes em apresentações musicais. Tenorinho estava em turnê na Argentina quando foi sequestrado em 19 de março de 1976, em Buenos Aires, e desde então se encontra desaparecido. Seu desaparecimento foi protocolado pela CONADEP, em 1984. Em 2000, a jornalista argentina Stella Manuel Calloni publicou uma reportagem no jornal mexicano *La Jornada* onde afirma que:

“Nos arquivos [do DOPS de Porto Alegre] se encontrou uma carta comunicando ao governo do Brasil sobre a ‘*muerte por error*’, na argentina Escola de Mecânica da Armada (ESMA), do músico brasileiro Francisco Tenório Júnior, sequestrado em 18 de março de 1977 [sic], em Buenos Aires quando realizava uma turnê. A carta foi firmada pelo ex-capitão Jorge Tigre Acosta, agora detido pelo roubo de bebês nascidos em campos clandestinos de detenção durante a última ditadura

argentina (1976-1983).” (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009: 642)

Segundo a mesma jornalista, baseada nas informações do ex-militar da Marinha argentina Claudio Vallejos, Tenorinho foi torturado para que dissesse nomes de artistas “comunistas”, e mandado para a ESMA. Como visto anteriormente, grande parte dos presos da ESMA foram vítimas dos voos da morte. O músico brasileiro pode, então, ter sido uma das vítimas “trasladadas” vivas ao fundo do mar pela ditadura argentina. Conforme denuncia o ex-militar citado por Calloni, o embaixador brasileiro teria sido diretamente comunicado da morte de Tenorinho através de um ofício assinado por Jorge “*El Tigre*” Acosta. Mesmo sabendo da morte do músico, o governo brasileiro jamais comunicaria a família o ocorrido. Em junho de 1998 diplomatas brasileiros realizariam uma busca nos arquivos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e na embaixada do Brasil em Buenos Aires, para tentar localizar o citado ofício, não obtendo sucesso.

Os elementos arrolados até aqui permitem conjecturar que além da grande familiaridade da ditadura militar brasileira com a prática dos “voos da morte”, houve inclusive a tentativa de sistematizá-la através do uso da unidade Para-Sar da FAB. No entanto, talvez a evidência mais contundente de que as autoridades brasileiras tinham conhecimento dos “voos da morte” argentinos seja um documento encontrado nos arquivos do DOPS/RJ, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, pela historiadora Ludmila da Silva Catela, que trata da evolução da luta anti-subversiva na Argentina, entre janeiro e maio de 1977, atribuído ao Ministério da Aeronáutica argentino. Esse documento lista o nome de oito pessoas mortas durante esse período, e depois agrega o seguinte comentário:

“Dado que el lanzamiento de cadáveres al Rio de la Plata causa, de vez en cuando, problemas con Uuguay, con el aparecimiento de cuerpos mutilados en las playas, están siendo empleados hornos crematorios de hospitales estatales para la cremación de cuerpos de los subversivos abatidos”. (Catella, 2007: 184)

Uma informação dessa importância provavelmente não ficou somente restrita ao DOPS do Rio de Janeiro. Por ter tido alguma repercussão na Argentina e no Uruguai, como visto anteriormente, os achados do Rio da Prata não deveriam ser ignorados por completo pelo conjunto da inteligência brasileira.

Por fim, a existência desse documento no DOPS/RJ é um indício importante para que se possam fazer alguns apontamentos sobre o caso dos corpos encontrados no Hermenegildo e em São José do Norte, em abril de 1978:

a) Em que medida as autoridades policiais poderiam ter noção do que se tratavam aqueles corpos que apareciam no litoral? Tito Tajés não levanta essa hipótese em sua reportagem, talvez porque seria ir longe demais num momento ainda delicado da história política nacional. O tratamento de questões que aludiam aos crimes cometidos pelo terrorismo de Estado era logo visto pela opinião pública e pelos governantes como revanchismo por parte das vítimas, e desqualificado por ser considerado um entrave ao processo de “conciliação nacional”, mesmo após o término da ditadura em 1985. Talvez dessa forma podem-se conjecturar os motivos que levariam O Globo a não publicar a reportagem feita por seu correspondente no Rio Grande do Sul.

b) Os esforços para a identificação dos corpos foram suficientes? Mais uma vez remetendo-se ao texto de Tito Tajés, pode-se depurar que a Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar tirou fotos e realizou a devida necropsia do cadáver, inclusive

encaminhando material para análises laboratoriais, a fim de detectar se era uma morte causada pelas toxinas liberadas pela “maré vermelha”. Mas as denúncias de Daniel Rey Piuma nos mostram que no Uruguai esses procedimentos legais eram sumariamente negligenciados pelas autoridades da PNN. Faz-se necessária uma análise mais direta de toda a documentação que se supõe existir sobre o aparecimento dos cadáveres em 1978 para afirmar se houve ou não negligência por parte da Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar<sup>5</sup>, mas os procedimentos realizados pela PNN no Uruguai e descritos por Piuma permitem conjecturar que talvez a Polícia Civil, em que pese sua capacidade técnica em Santa Vitória do Palmar à época, pudesse talvez ter trabalhado com mais elementos para a identificação dos desconhecidos do que os que foram realizados. Piuma fala do método utilizado pela Polícia Técnica uruguaia, que consistia em amputar os dedos que se queriam extrair as impressões digitais para a utilização de um procedimento de análise através das cristas papilares (Piuma, 1984: 63). Não há constância na necropsia do corpo do Hermenegildo de que tenha sido feita alguma tentativa de extrair suas digitais.

c) Foram somente estes dois cadáveres que deram às praias do litoral sul do Rio Grande do Sul à época? Importante retomar que Jair Krischke, na reportagem de Tajés, coloca essa questão, ao afirmar que existiam relatos de que mais corpos deram às praias, mas que teriam sido incinerados, impossibilitando a comprovação de tais relatos. No entanto, o estudo das marés feito pela PNN e divulgado posteriormente por Piuma pode ajudar a comprovar que havia sim a possibilidade de mais corpos das vítimas do dos voos da morte terem sido trazidos pelas correntes marítimas até o litoral brasileiro. E com base nos elementos expostos nesse trabalho (o Caso Para-Sar, as denúncias de ex-presos políticos ao *Brasil: Nunca Mais*, a morte de Stuart Angel e Tenório Cavalcanti Jr., e por fim o documento do Ministério da Aeronáutica argentino encontrado no DOPS do Rio de Janeiro) pode-se supor que uma atitude de conivência por parte da ditadura brasileira em relação aos crimes de seus pares argentinos – desaparecendo com os cadáveres que deram às praias, não realizando nenhum procedimento forense para sua identificação, e impedindo a posterior exumação com a sua incineração imediata – não estaria descontextualizada.

O Brasil esteve envolvido diretamente nas ações coordenadas de repressão entre as ditaduras do cone sul, inseridas na Operação Condor. A atitude conivente dos militares uruguaiois (e talvez dos brasileiros) em relação aos cadáveres devolvidos pelo mar entre 1976 e 1978 não se encaixa dentro de uma cooperação oficial como foi a Operação Condor, mas pode ser pensada dentro de uma ideia mais ampla de conivência transnacional entre os militares dos países do Cone Sul com os crimes cometidos contra os opositores políticos, que ultrapassa os limites da coordenação repressiva. Quiseram as marés do Rio da Prata e do Oceano Atlântico que os cadáveres das vítimas dos voos da morte na Argentina fossem parar em praias estrangeiras. Vicissitudes com as quais não contavam os militares responsáveis por isso, e com as quais tiveram que tratar os militares vizinhos. Só que do outro lado do rio havia companheiros de farda “amigos”, que estavam no mesmo front na guerra contra a “subversão”. Estes, ao se darem conta que os cadáveres misteriosos eram de “inimigos abatidos”, dariam continuidade ao ciclo

---

<sup>5</sup> Foi consultada apenas a documentação anexada à reportagem de Tito Tajés, arquivada no MJDH. Essa documentação consiste de: a) certidão de “Encontro de Cadáver” da DP de Santa Vitória do Palmar; b) comunicação da DP de Rio Grande à DP de Santa Vitória do Palmar sobre o encontro de cadáver em São José do Norte; c) Auto de Necropsia do corpo do Hermenegildo requisitado pela DP de Santa Vitória do Palmar; e d) resultado do exame toxicológico feito pelo Laboratório de Toxicologia do IML de Porto Alegre, com material extraído do cadáver do Hermenegildo.

de terror e impunidade iniciado pelos argentinos, desaparecendo novamente com esses corpos – um “segundo desaparecimento” – e silenciando essa história. Esforços têm sido feitos para que esta história seja conhecida tanto na Argentina como no Uruguai. Agora talvez seja necessário que se cruze o arroio Chuí e se olhe com atenção para o caso dos cadáveres do Hermenegildo e de São José do Norte.

## **Bibliografia**

Badenes, Daniel 2006. “La historia de cuerpos aparecidos en las costas rioplatenses – Rio Revolto”. Em: *La Pulseada* (La Plata) n. 37, disponível em: <http://ow.ly/7zZ1K>.

Bauer, Caroline 2009 “As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o Conceito de fronteiras ideológicas”. Em: Guazzelli, César Augusto Barcellos. Flores, Mariana Flores da Cunha Thompson. Ávila, Arthur Lima. *Fronteiras Americanas: Teoria e Práticas de Pesquisa*. (Porto Alegre: Suliani Letra & Vida)

Bauer, Caroline Silveira 2011. *Um Estudo Comparativo das Práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de Políticas de Memória em Ambos os Países*. (Porto Alegre/Barcelona: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universitat de Barcelona).

Catela, Ludmila da Silva 2007 “Etnografía de los Archivos de la Represión en la Argentina”. Em: Franco, Marina. Levin, Florência. *Historia Reciente: Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. (Buenos Aires: Paidós)

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos 2009. *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo).

CONADEP 1995 (1984). *Nunca Más*. (Buenos Aires: Eudeba).

Dandan, Alejandra 2012. “Imágenes que prueban los vuelos de la muerte”. Em: *Página/12* (Buenos Aires disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-183431-2011-12-15.html>).

Guimaraens, Rafael. Centeno, Ayrton. Bones, Elmar 2011. *CooJornal: Um Jornal de Jornalistas sob o Regime Militar*. (Porto Alegre: Libretos).

Mariano, Nilson 1998. *Operación Condor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. (Buenos Aires: Lohlé-Lumen).

Mariano, Nilson 2006. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. (Porto Alegre: PUCRS).

Martínez, Diego 2009. “Fuimos Todos”. Em *Página/12* (Buenos Aires, disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/subnotas/131277-42284-2009-09-06.html#arriba>).

Piuma, Daniel Rey 1984. *Los Crimenes del Rio de la Plata*. (Córdoba: El Cid)

Piuma, Daniel Rey 1988. *Un Marino Acusa*. (Montevideo: Tupac Amará Editores)

Verbitsky, Horacio 2006 (1995). *El Vuelo*. (Buenos Aires: La Página)

### **Documentos Consultados**

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. 11 abr. 1978. *Certidão nº 409/78, f. 22 e verso, no livro de ocorrências 28/78*. (Santa Vitória do Palmar: Delegacia de Polícia Civil de Santa Vitória do Palmar).

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. 12 de abril de 1978. *Auto de Necropsia Nº 043/78, fl. 01 e 02*. (Santa Vitória do Palmar: Posto Regional do Instituto Médico Legal, Delegacia de Polícia de Santa Vitória do Palmar)

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. 26 de abr. de 1978. *Exame Requisitado a pedido do (a) Delegacia de Polícia do 1º Distrito de Santa Vitória do Palmar. Requisição nº 1573/78 – Datada de: 17/4/78*. (Porto Alegre: Instituto Médico Legal – Laboratório de Toxicologia).

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Segurança Pública. Polícia Civil. 28 de abr. de 1978. *Of. Cir. Nº 891/78*. (Rio Grande: 7ª Região Policial – Delegacia Regional de Polícia).

Tajes, Tito 1985. Sem título. (Porto Alegre: MJDH).